

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.601 - TO (2019/0266778-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : ISMAEL PESSOA CARVALHO AMORIM  
**ADVOGADO** : RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA E OUTRO(S) -  
TO004018  
**RECORRENTE** : MUNICÍPIO DE ITAGUATINS  
**ADVOGADO** : JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTRO(S) - TO000182A  
**RECORRIDO** : OS MESMOS

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA AFASTADA PELA CORTE DE ORIGEM. TESE RECURSAL QUE SUSTENTA A APLICAÇÃO DO ARTIGO 3º DO DECRETO 4.597/1942. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULAS 283 E 284/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto pelo Município de Itaguatins, com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Tocantins, assim ementado (fl. 130):

APELAÇÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. ADIMPLEMENTO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSOS IMPROVIDOS.

1. Tendo o trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento - título judicial - se dado em 09/09/2010, não se operou a prescrição, cujo prazo é de cinco anos (Sumula 150 do STJ), vez que o ajuizamento da execução se deu em 09/09/2015.

2. Ademais, a sentença homologatória ocorreu na data de 09/09/2010, entretanto, devido o não cumprimento da decisão pelo Município de Itaguatins, na data de 09/05/2013, em audiência, ficou determinado que as execuções fossem individuais a serem promovidas pelos próprios beneficiários do acordo. Desta forma tem-se que entre a data do ajuizamento da ação de execução 09/09/2015, e a data do último ato processual 09/05/2013 que determinou a intimação dos beneficiários, sequer ultrapassou dois anos e meio, conforme alega a parte embargante, não se aplicando o Decreto 4.597/1942. Precedentes.

3. Embora tenha o Município de Itaguatins sustentado a existência do pagamento como fato extintivo do direito ao crédito discutido no bojo da execução, não juntou prova da alegação, ônus que lhe cabia por determinação do artigo 373, II, do CPC, pelo que não merece provimento o

recurso apelatório interposto pelo ente municipal.

4. Os honorários advocatícios foram fixados de maneira proporcional, não havendo que se falar em majoração, conforme pretende a embargada.

5. Recursos conhecidos e improvidos.

Preliminarmente, o recorrente alega violação do artigo 489, III, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou acerca da tese de que "a ação executiva é de 05 (cinco) anos contra a Fazenda Pública apenas quando não proveniente de sentença. Se proveniente de sentença, há de se observar, como é o caso em apreço, que ocorreu a hipótese prevista no artigo 3º do Decreto nº 4.597/1942" (fl. 177).

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa ao artigo 3º do Decreto nº 4.597/1942, sob os seguintes argumentos: (a) "no caso em tela, deve sim ser aplicado o que dispõe o Decreto nº 4.597/1942 (art. 3º), o qual determina que, em caso de processos judiciais, a prescrição corre pela metade em razão da sentença nela proferida (último ato processual)" (fl. 174); e (b) "Se entre a data da sentença e o ajuizamento da ação de execução decorreram, como é o caso dos autos, prazo superior ao previsto no artigo 3º do Decreto nº 4.597/1942, houve prescrição intercorrente e deve ser reconhecida nos autos dos embargos à execução, pondo resolução ao mérito, extinguindo-se o feito de origem" (fl. 177).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 186-194.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação dos artigos 489, § 1º, IV, do CPC/2015, porquanto a Corte de origem prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido, inclusive afastando fundamentadamente a aplicação do precedente invocado pela parte em seu apelo especial. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ainda nessa esteira, cumpre ressaltar que a jurisprudência deste Superior Tribunal é firme no sentido de que "o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto" (AgInt no AREsp 1.344.268/SC, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 14/2/2019).

Noutro giro, em relação à alegação de que houve violação do artigo 3º do Decreto 4.597/1942, cumpre colacionar os seguintes excertos do aresto recorrido (fls. 132-133):

[...]

Em razão da normativa assentada no enunciado da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, em que determina que "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação", a questão a ser desvendada é se na situação ocorreu à prescrição prevista no Decreto-Lei n.º 4.597, que dispõe a ocorrência da prescrição pela metade, quando interrompida, in verbis:

*Art. 3º: A prescrição das dívidas, direitos e ações a que se refere o Decreto nº 20.910/32, somente pode ser*

*interrompida uma vez, e recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, ou do último do processo para a interromper; consumir-se-á a prescrição no curso da lide sempre que a partir do último ato ou termo da mesma, inclusive da sentença nela proferida, embora passada em julgado, decorrer o prazo de dois anos e meio.*

No presente caso, a sentença homologatória ocorreu na data de 09/09/2010, entretanto, devido o não cumprimento da decisão pelo Município de Itaguatins, na data de 09/05/2013, em audiência, ficou determinado que as execuções fossem individuais a serem promovidas pelos próprios beneficiários do acordo (evento 1 - AUDIENCI 7, Autos nº 0000794-48.2015.827.2724).

Desta forma tem-se que entre a data do ajuizamento da ação de execução 09/09/2015, e a data do último ato processual 09/05/2013 que determinou a intimação dos beneficiários, sequer ultrapassou dois anos e meio.

Vale esclarecer ainda que, para a caracterização da prescrição não basta o transcurso do tempo, é necessária a presença concomitante da possibilidade de exercício de uma ação que tutele o direito e a inércia do seu titular.

No que diz respeito à prescrição da pretensão executiva, o prazo a ela relativo não teve início no instante alegado pelo Município (09/09/2010), por força da pendência de obrigação de fazer (homologação de acordo) atribuído ao ente municipal, mas do último ato do processo que deu origem a ação de execução, ou seja, o termo de audiência realizado na data de 09/05/2013, que determinou que os beneficiários fossem intimados, para caso desejarem, ingressarem com a ação de execução em face do Município de Itaguatins para receberem os valores devidos.

Assim, mesmo que se considerasse o prazo prescricional pela metade, o embargado teria dois anos e meio para ajuizar a respectiva execução, a partir da data do último ato processual (09/05/2013), e o fez em 09/09/2015, antes do fim do prazo prescricional.

[...]

Ocorre que o recorrente não impugnou especificamente a referida fundamentação que, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem, o que caracteriza deficiência na argumentação recursal e implica a inadmissão do apelo, por força da aplicação analógica das Súmulas 283 e 284/STF.

Nesse sentido (grifos nossos):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 E 284/STF, POR ANALOGIA. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FATOS DESABONADORES APURADOS NA FASE DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL DO CANDIDATO. NÃO RECOMENDAÇÃO PARA O CARGO. LEGALIDADE DE SUA EXCLUSÃO DO CERTAME. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.

[...]

**2. A fundamentação utilizada pela Corte de piso para firmar seu convencimento não foi inteiramente atacada pela parte recorrente e,**

sendo apta, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

[...]

5. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.789.623/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 29/5/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ART. 535 DO CPC/73. DISPOSITIVOS IMPLICITAMENTE PREQUESTIONADOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. RAZÕES DISSOCIADAS. CAUSA DE PEDIR. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO. SÚMULA N. 7/STJ. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. MEDIDA LIMINAR. RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DA SÚMULA N. 735/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

III - A parte recorrente deixou de impugnar fundamento suficiente do acórdão recorrido relativo à possibilidade do exercício do juízo de retratação. Desse modo, verifica-se que as razões recursais apresentadas encontram-se dissociadas daquilo que restou decidido pelo tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial e atrai, por analogia, os óbices das Súmulas 283 e 284, do Supremo Tribunal Federal.

[...]

IX - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1.678.341/ES, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 8/5/2019)

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial** e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator